## Constituinte: a anistia sem acordo?

Ferro Costa informou ainda que solicitou uma audiência ao presidente José Sarney para transmitir a luta dos cassados em favor da anistia e solicitar o empenho do chefe do governo que, por pertencer ao PMDB, defende um programa que inclui o benefício. Ele pretende ponderar a Sarney que, se as vítimas de ontem não forem anistiadas, a Constituinte não terá tanto crédito e força, uma vez que a ordem jurídica envelhecida dá mostras de poder.

Já o porta-voz adjunto do Palácio do Planalto, Frota Neto, esclareceu ontem que em nenhum momento o secretário de Imprensa, Fernando César Mesquita, afirmou que "o governo estava aberto à negociação em torno da anistia aos militares. Ele disse — acentuou Frota Neto — que o governo estava estudando cuidadosamente o assunto".

Mas ontem, o secretário-geral do Comitê de

Coordenação dos Movimentos de Anistia, Paulo Henrique Ferro Costa, cassado em 64 como segundo-tenente da Marinha, afirmou que seu grupo não se conformará se o Congresso, por mesquinharia, não conceder a anistia reivindicada porque os que al jaram milhares de militares constituem um passado ainda com poder de influência que significa violência, negação de valores e miséria: "É preciso desconstituir tudo isso e repor as coisas nos devidos lugares", disse.

Ao lembrar que os cassadores de ontem estão hoje acusados de crimes variados como contrabando de pedras preciosas, tráfico de influência, corrupção, assassinatos, além de contas na Suíça, Ferro Costa citou como exemplo de "baixo nível" dos governos recentes o episódio que envolveu o general Figueiredo no velório do general Médici, quando um neto des-

te último xingou o outro, e a denúncia que envolve um ex-ajudante-de-ordens que, como major, recebia Cr\$ 4 milhões no ano passado, mas em confronto com a mulher num processo de separação, apareceu com vultosa conta em um banco suíco.

O assunto está sendo examinado pelo presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, com ministros militares, com a participação, também, do líder Pimenta da Veiga. O relator Flávio Bierrenbach tem conversado a respeito-com os assessores dos ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica, acreditando numa fórmula intermediária.

A fórmula que está sendo negociada, nos últimos dias, envolve a promoção dos civis e militares, com vencimentos atualizados, mas sem direito aos atrasados. O beneficiado seria transferido à inatividade.